



Bresser fala sobre renegociação na conferência das comissões de valores

Bresser criticará as atuais formas de renegociação

BRASÍLIA — Os esquemas convencionais de renegociação de dívidas, impostos aos endividados pelos bancos, países credores e o Fundo Monetário Internacional (FMI), não resolvem os problemas de ninguém. Este, segundo o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, será o tema principal da palestra que fará amanhã, em Viena, no Congressional Summit, encontro patrocinado por congressistas americanos.

O raciocínio que Bresser apresentará na Áustria é que, pelos esquemas convencionais, os devedores reduzem seus investimentos porque têm que pagar os juros. Os bancos não conseguem receber seus créditos porque aumenta a cada dia o número de inadimplentes. Também os países credores são prejudicados porque não conseguem exportar dólares para os países devedores, como o Brasil.

A análise de Bresser sobre o problema da dívida externa brasileira e dos países do Terceiro Mundo mostra que, nos últimos cinco anos, os índices de endividamento (relação entre dívida e exportações) pioraram. O nível aceitável, na opinião do Ministro, é de dois, ou seja, para cada dólar exportado aceita-se dois de dívida. No Brasil, contudo, que exporta US\$ 24 bilhões, o nível de endividamento está em quatro.

Outro ponto que, segundo Bresser, sustenta sua tese de que a abordagem da renegociação deve ser alterada, é o fato de, na América Latina, oito países — inclusive o Brasil — estão com o pagamento de seus juros suspensos.

Bresser ressalta ainda que os países latino-americanos — excluindo o Brasil — tiveram sua renda **per capita** estagnada nos últimos cinco anos. A taxa de investimentos desses países também caiu 5% nos últimos cinco anos, basicamente devido à obrigação do pagamento dos juros, entre 4% a 5% ao ano. E esses juros, acrescentará o Ministro, além de inibirem os investimentos, pressionam o déficit público.

No Brasil, por exemplo, segundo Bresser, a transferência para o exterior, a título de pagamento dos juros, equivale a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o déficit público previsto pelo Governo para este ano será de 3,5% do PIB.